IRACI GOMES DE VASCONCELOS PALHETA

O USO DA TERRA EM TAUÁ-VIGIA, ESTADO DO PARÁ

Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Antonio Rocha Penteado.

SÃO PAULO
1978

À minha mãe, a quem
devemos o ser, o caráter
e a formação moral.

INTRODUÇÃO
A área e o tema: razões da escolha e objetivos do estudo
A orientação teórico-metodológica e a abordagem do trabalho
Métodos e técnicas de pesquisa
Agradecimentos

1. Tauá-Vigia: sua individualidade e expressão regional
   1.1. Localização e características geográficas
   1.2. A importância de sua população
   1.3. A produção agrícola local: seu significado na economia regional

2. As bases essenciais do uso da terra
   2.1. As condições geo-ecológicas locais
   2.2. O processo de ocupação humana do espaço
      2.2.1. A ocupação do litoral (século XVII ao início do XIX)
      2.2.2. As primeiras tentativas de colonização no Pará e ocupação das terras de Vigia (meados do século XIX)
      2.2.3. A ocupação do interior e o processo colonizador bragantino (segundo quartel do século XIX e início do XX)
      2.2.4. Os núcleos coloniais instalados em Tauá-Vigia
      2.2.5. Aspectos da ocupação atual

   2.3. A população: interferências do processo colonizador e dos fatos de uso da terra
      2.3.1. Evolução e distribuição da população
      2.3.2. A contribuição do fluxo migratório
      2.3.3. Características etárias da população
      2.3.4. A população ativa: seus encargos e sobrecargas econômico sociais e a incorporação do trabalho da mulher

3. A organização do espaço agrário

3.1. Evolução e definição da malha fundiária

3.2. As categorias de propriedades rurais

3.3. Os regimes de exploração

3.4. Os proprietários e suas vinculações com o meio rural

3.4.1. Origens

3.4.2. Condições jurídicas

3.4.3. Condições sócio-econômicas

4. O uso da terra e as condicionantes geo-econômicas

4.1. As modalidades de uso da terra

4.2. A exploração das capoeiras e a agricultura de subsistência

4.3. As formas de agricultura comercial

4.4. As atividades hortigranjeiras

4.5. A agricultura e o binômio solo-clima

4.5.1. A agricultura tradicional e a fragilidade do meio tropical

4.5.2. Clima e calendário agrícola

4.5.3. Possibilidades e limitações climáticas aos cultivos

4.6. Os fatores de produção

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: os problemas da organização do espaço agrário e as proposições do geógrafo

INTRODUÇÃO

1. A Área e o tema: razões da escolha e objetivos do trabalho.

Este estudo é o resultado de nossas indagações no campo da Geografia Agrária, voltadas para o meio tropical amazônico, onde centramos nossas pesquisas. Para nós ele significa um ponto de partida para a discussão da problemática relacionada à ocupação humana do espaço regional que, por suas características naturais, apresenta um equilíbrio ecológico precário, mantido pela mata tropical. Tal equilíbrio, diante dos usos estabelecidos pelo homem - via de regra, comandados por impulsos econômicos externos, - pode ficar seriamente comprometido, pondo em risco o futuro das populações e o próprio caráter da ocupação.

Neste trabalho, abordamos os problemas agrários de uma ínfima parcela do Estado do Pará - a área Tauá-Vigia, constituída pelos municípios de Santo Antônio do Tauá e Vigia, - localizada próxima à Capital, na porção Nordeste do Estado do Pará, conhecida como "zona" do Salgado. A área em questão, através das rodovias Pa-16 (Santa Isabel-Vigia), Br-316 (Pará-Maranhão) e Br-010 (Belém-Brasilia), mantém contatos com as micro-regiões de Belém e da Bragantina, com o Estado do Maranhão e com o Centro-Sul do país, incorporando-se aos espaços sub-regional. regional e nacional.

A escolha dessa área para a realização da pesquiza prendeu-se a quatro razões fundamentais:

- pelo fato de Tauá-Vigia integrar uma das áreas agrícolas mais importantes do Estado e da Amazônia, onde a ocupação e o uso da terra deixaram marcas indeléveis no homem e na paisagem;

- pelas modificações que alí têm se processado, a nível de utilização da terra, principalmente a partir da década de 1960, com a difusão de uma atividade agrícola de base capitalista - o cultivo da pimenta do reino, essencialmente voltado para o mercado externo.
- porque tais modificações, embora com profundas repercussões na organização agrária da área focalizada, manifestaram-se de modo desigual no espaço rural, atingindo apenas pequena parcelas dos agricultores locais;
- e finalmente, pelas disparidades existentes naquele meio rural, onde, apesar das recentes transformações econômicas e sociais, os elementos tradicionais ainda são a característica dominante.

A natureza dos fatos apontados, a nosso ver, justificam plenamente a escolha do tema. A interrelação de fatores naturais, dados humanos e fatos econômicos constitui a preocupação central de todo trabalho geográfico no sentido de compreender o esforço do homem na organização do território.

O objetivo deste trabalho é, pois, analisar, de forma integrada, os fatores ou grupos de fatores que interferem no uso da terra e comandam a organização do espaço agrário em Tauá-Vigia e de que modo aquele meio rural, segundo a sua natureza e formas específicas de organização, responde à essas intervenções. Desta forma, pretendemos alcançar as relações que se estabelecem entre condições naturais, homem e produção, bem como as forças que comandam tais relações. Essas forças, muitas vezes, implicando na utilização abusiva de homens e recursos, provocam sua degradação.

2. A orientação teórico-metodológica e a abordagem do estudo.

Tendo em vista tais objetivos e como ponto de partida a proposição ecológica da Geografia Agrária de WAIBEL (1958, pp. 5/6), encaramos o uso da terra como o conjunto de atividades agrárias, enquanto formas econômicas da atividade humana, em permanente contato com o ambiente, envolvendo elementos de natureza diversa e interdependentes. Seria desnecessário dizer que, sob esse ponto de vista, tomamos o uso da terra em sua totalidade. Entretanto, isso não significa que partilhamos das idéias de Kraft, Rittner e Hartshorne sobre o "excepcionalismo" da Geografia (SCHAEFER, in Bol. Carioca de Geografia, Metodologia - 1, 1976 pp. 13 a 32). Nossa visão da ciência Geográfica é, antes de mais nada, influênciada pela obra de SORRE, na qual a Geografia é encarada, não como uma disciplina particular ou única, pelos objetos que ela descreve, mas em suas comunicações interdisciplinares com outros ramos do conhecimento e em sua indivisibilidade intrínseca.

O corpo teórico - metodológico proposto nos Fundamentos da Geografia Humana (Les Fondements Biologiques, 1951; Les Fondements Techniques: 1 ère partie, 1948, 2ème partie, 1950 e L'Habitat, 1952) destina-se essencialmente à construção de uma Geografia Humana de cunho ecológico. Tais fundamentos, apresentados e discutidos com profundidade e clareza de espírito na obra citada, acham-se sintetizados em dois importantes trabalhos do autor: Initiation aux Recherches sur la Géographie Humaine (1949) e L'Home sur la Terre - Traité de Géographie Humaine (1961), os quais passaremos a resumir.

Para SORRE "a geografia humana é uma disciplina que se coloca ao lado da geografia física, ou da geografia biológica estrita"; sendo o homem um animal social ... "isto basta para que lhe atribuamos um lugar particular no conjunto do mundo vivo. Eis porque convém conferir um lugar parti-

cular à geografia humana ao lado de duas outras disciplinas da geografia biológica, a geografia botânica e a geografia zoológica" (1949, p. 3).

Contrário à posição dos que encaram a geografia humana como uma disciplina corológica e não da extensão, o autor ressalta como esses dois pontos de vista se confundem, pelo fato da geografia ser uma disciplina do espaço e, portanto, de localização. Disso advém a primeira diretriz metodológica do trabalho de SORRE:

> ..."de rapport avec un espace défini est toujours au premier plan des préocupationes du géographe. Et en particulier en ce qui concerne la géographie des societés humaines ce qui nous préocupe plus particulièrement, c'est le rapport d'une societé avec un espace défini, non pas avec un espace géométrique abstrait, mais um espace vivant qui a ses caractères concrets. C'est en somme une des bases de la géographie humaine" (1949, p. 4).

E acrescenta; "Seulement si cet espace n'est pas un espace abstrat, défini uniquement par ses définitions géometriques, comme Ratzel avait un peu tendance à la faire, il faut définir cet espace autrement, par l'ensemble de ses autres proprietés". Assim, a exemplo de Vidal de La Blache, SORRE chega à uma noção extremamente rica e dinâmica, emprestada dos naturalistas, que é a noção de meio:

> "... un complexe d'éléments qui se condicionnent les uns les autres, qui réagissent les uns sur les autres éléments purement physiques, élements vivants, éléments humains, ... au sein du quel se produissent d'une façon constante des interférences, l'homme modifiant la nature créant um milieu, une atmosphère, un environnement, pour l'homme et conditionnant son action, mais l'hom-

me à son tour modifiant la nature et repétris - sant le milieu initial" (op. cit., p. 6).

Após desculpar-se por utilizar a expressão"complexo geográfico", o autor esclarece que os elementos desse complexo pertencem a todos os domínios e, em consequência, são explorados por todas as disciplinas. O que o geógrafo faz é tomar esse conjunto e tirar uma síntese, porém, com uma preocupação fundamental (que, a nosso ver, constitui a segunda diretriz metodológica de seu trabalho):

> "... il s'ingenie au même temps, pour que sa discipline soit vraiment une discipline scientifique, raisonnée, à rechercher l'agencement de ces éléments, à voir comment ils se conditionnent les uns les autres, comment ils réagissent les uns sur les autres" (op. cit., p. 6) (*)

Assim, para SORRE, a noção de meio é verdadeiramente a noção da geografia humana. O que a caracteriza de um modo particular é ser ela uma disciplina "ecológica" - vocábulo introduzido por Haeckel, no final do século XIX, "para designar a ciência das relações do ser com o meio e das reações do ser sobre seu meio". Há mais de 50 anos fitogeógrafos e zoo-geógrafos dela fizeram uso particular, construindo uma ecologia botânica e uma ecologia animal. Do mesmo modo que há uma ecologia botânica e uma ecologia animal, há também uma ecologia do homem; para o autor a expressão não é duvidosa, trata-se da ecologia do indivíduo e também dos agrupamentos humanos (op. cit., p. 6/7).

Quanto tentamos avaliar os elementos que constituem esse complexo, devemos atentar para um aspecto de capital importância (terceira diretriz metodológica):

(*) - O Grifo é nosso.

"... c'est qu'ils ont vraiment d'interêt par rapport aux puissances de réaction de l'homme que par rapport aux proprietés de son organisme, ou encore aux forces de réaction du groupe humain, du milieu social" (op. cit., p. 7).

Na sua concepção, o meio no qual evoluem os homens, ou as sociedades humanas, é constituído de três planos intimamente relacionados, mas distintos em complexidade e em razão das necessidades de análise:

a) o meio físico (morfologia, solo e naturalmente o sub-solo), com toda a sua riqueza e possibilidades, analisado pelo autor em relação à geografia política, à história, à economia e diante das técnicas do homem;

b) o clima e suas influências sobre o meio físico, biológico (com suas associações vegerais, complexos patológicos, etc.) e agrupamentos humanos, condicionando sua subsistência, suas atividades e sua diferenciação, podendo, ainda, impor-lhe limites em função do estágio de suas técnicas;

c) finalmente o meio social, complexo e extremamente diferenciado, posto que a atividade do homem se desenvolve em um quadro social; essa atividade não é isolada, mas reflete em larga escala a atividade do grupo. Desde o início, a vida coletiva coordena as atividades do indivíduo, limita ou propicia o seu desenvolvimento e o orienta; (são idéias, sentimentos, hábitos, tradição, tabus, etc., transmitidos de geração à geração pela linguagem e arraigados em cada um de seus membros - op. cit., pp. 7 a 13) e espelha a sociedade global (1961, pp. 2/3).

Eis o homem em seu meio, em seu meio humano, com suas técnicas (*). Suas tradições e seus hábitos são mais ou menos adaptados às exigências do meio natural, constituíndo um complexo humano que SORRE, depois de Vidal de La Blache (Principes de Géographie Humaine), inicialmente definiu como "gênero de vida":... "um ensemble d'habitudes, de traditions, de gestes qui sont coordennées et qui caractérissent um groupe humain et dont le rapport nous apparaît plus ou moins avec le milieu dans lequel se meût le groupe humain " (1949, p.13); dessa forma, "a atividade do indivíduo não lhe pertence, ela é em grande parte determinada pelas concepções de seu grupo, pela forma e estrutura desse grupo" (sua organização política-social-econômica). Posteriormente, o autor abandona essa noção de gênero de vida, vinculando-a às estruturas globais da sociedade, como veremos mais abaixo.

Após ter construído o corpo teórico da Geografia Humana, definindo ao mesmo tempo seu sujeito e objeto, SORRE reforça, mais uma vez, sua concepção ecológica, ao dizer:

> "Je pense que nous sommes maintenant armés pour comprendre la vraie nature des rapports de l'homme avec le milieu vivant, qui ne sont pas ceux d'un cadre inerte, avec la scène qui s'y joue. Il y a un ensemble d'actions ou de réactions perpectuel de l'acteur au cadre et nous ne comprenons ces choses là que si nous y apportons quelque chose de l'espirit biologique, c'est-à-dire le souci de l'observation, le souci des connections des phénomènes entre eux, puis le respect de la complexité et de la richesse des choses". ... "nous devons toujours considérer qu'un phénomènne quel qu'il soit se trouve à la intersection de plusieurs séries de phénomènes, qui se croisent. Em même temps qu'il est le point de départ d'autres séries qui relèvent à lui" (op. cit., p. 14).

Assim, "não há coisas simples em Geografia, principalmente quando se trata do homem, os fenômenos são comple -

(*) - SORRE toma a palavra técnica não em seu sentido estrito, mas no seu significado original: "...tout se qui est de l'art de l'homme dans tous les domaines". Como acrescenta o autor: il y a des techniques intellectuelles como il y a des techniques materielles (op. cit., p. 53).

xos, ricos e difíceis de apreender e, em conseqüência, quando tentamos esquematizar de outro modo, falseamos evidentemente a verdade".

Em L'Home sur la Terre SORRE apresenta os dois grandes planos que interessam e dão autonomia à Geografia e seus diferentes ramos: os espaços terrestres e o homem, "l'homme des connenions et des ensembles"; e para ressaltar sua complexidade o autor acrescenta: "Conexions proches entre les éléments des combinaisons locales (relief, climat, vegetations, - oeuvres de l'homme), connexions lointaines entre des faits de tous ordres à la surface de la terre" (1961, pp. 2/3).

Para encerrar a análise sintética das bases teóricas da obra de SORRE, queremos destacar um aspecto de importância capital, refletido em toda a produção científica do autor, ao qual em Initiation aux Recherches sur la Géographie Humaine chama particular atenção, como uma preocupação fundamental do método: a unidade profunda da Geografia Humana. Diz SORRE:

> "Ce que je tiens tout d'abord à mettre en evidence, c'est l'unité profonde de toutes les études de géographie humaine. C'est là une précaution de méthode tout à fait indispensable. En raison de l'étendue de son domain, de la multiplicité des objets dont elle s'occupe, les disciplines qui constituent la géographie humaine sont constamment à la recherche de cette unité. Elles sont constamment menacées en quelque manière de s'en priver, c'est pourquoi il faut toujours mettre en tête, non pas comme un dogme, mais comme une necessité intelectuelle absolue, l'unité des disciplines qui constituent la géographie humaine" (op. cit., p. 15).

E acrescenta o autor: "o que essas disciplinas estudam são os traços geográficos da atividade do homem, do homem em sua unidade profunda". E que estamos habituados, por outras disciplinas, a considerar à parte alguns desses modos de atividade (modos de atividade política e de atividade econômica) e assim construímos fantasmas, aos quais chamamos "homo politicus", "homo econômicus", etc... mas "tudo isso são metáforas que não

têm nenhum valor do ponto de vista realista, tão realista que é, necessariamente, aquele da geografia humana". A seguir esclarece:

> "Ce que nous étudions et pursuivons d'une façon permanente, c'est l'homme, indivisible dans les manifestations de son activité et qui est en somme engagé dans chacune d'elles" (op. cit., p. 16).

Essa fórmula, como ressalta o autor, não lhe é própria, outros à ela chegaram ao mesmo tempo: Michelet, Jules Sion e Marc Bloc; "é impossível, com efeito, compreender as coisas, mesmo as coisas mais materiais, se fazemos abstração do espírito que as inspira".

Assim, essa primeira regra do método que SORRE colocou como ponto fundamental de sua exposição (e que é a do método científico em geral), permite resolver questões relativas às disciplinas que encaramos muitas vezes como disciplinas autônomas - geografia econômica, geografia industrial, geografia agrícola, geografia política, geografia religiosas, etc., que só têm valor de uso em um momento dado, pela necessidade de análise, de clareza e para sermos completos também.

Conforme o autor, podemos grupar um conjunto de atividades que podem ser objeto de um estudo particular, mas devemos atentar para o fato de que não se trata senão de um aspecto particular da atividade humana. Para explicá-lo utilizamos constantemente outras partes da Geografia Humana e recorremos, com igual frequência, a outras disciplinas, sejam de caráter técnico, sejam de caráter pragmático (e, naturalmente, de caráter puramente teórico). Mas o êrro seria considerar a Geografia como um anexo dessas disciplinas e crer que o caráter próprio dessas disciplinas deva encontrar-se em nosso trabalho (op. cit., pp. 17/18). Como acrescenta o autor:

> "Le géographe n'est ni un economiste, ni un historien des religions, ni rien de semblable, mais il demande à toutes les disciplines voisines ce qu'elles peuvent lui donner. Son originalité propre c'est précisement de constituer un ensemble dans un certain esprit avec les resultats qui lui sont fourni" (op. cit., p. 19).

E a seguir esclarece:

> "Il y a certains compartiments de la géographie humaine qui sont ... bien divisés parce que précisément les disciplines auxquelles ils s'adossent sont des disciplines qui sont bien connues et ont fait des progrés sensibles; d'autres au contraire le sont moins.
>
> Naturellement les services que la géographie attend des disciplines auxquelles elle fait des emprunts, ces services elle le leur rend en leur apportant à son tour des points de une particuliers en ce qui concerne les corrélations qui peuvent s'établis dans leur production et leur développment" (op. cit., pp. 21/22).

Eis, portanto, a integração teórica (interdisciplinaridade) da Geografia em geral e da Geografia Humana em particular, com os demais ramos do conhecimento, indispensável à compreensão do mundo. No nosso entender, já em SORRE encontramos a aproximação da Geografia com a ciência, que é um corpo metodológico único.

Embora SCHAEFER (1953, trad. 1976) - por suas críticas amplas e consistentes à produção dos geógrafos estadunidenses, em especial "à debilidade metodológica, esta dirigida mais diretamente a Hartshorne", - venha sendo apontado como "o profeta anunciador da nova Geografia (*), reconhecemos em Sorre, "o rebelde, o insatisfeito"... tanto "com a pesquisa climatológica em Geografia" (MONTEIRO, 1976,pp. 21/22), como com a produção geográfica de seus predecessores (revisando o cam-

(*) - Suas críticas prendem-se à natureza idiográfica da Geografia e foram calcadas em 7 pontos principais: controvérsia entre ciência pura e aplicada; dificuldade de experimentação partilhada com as demais ciências sociais; objetivos específicos e correlação cartográfica; conceito de região e princípios do holismo; comparação e tipologia; metafísica nas relações entre livre-arbítrio e determinismo, reinvidicando um caráter nomotético condizente com os foros de ciência (SCHAEFER,1976 pp. 35 a 46; MONTEIRO, 1976 p. 21).

po e o objeto da Geografia e definindo melhor o seu sujeito), propondo uma nova perspectiva à Geografia (como ecologia humana).

É inegável a importância da abordagem ecológica nos dias atuais, diante das crises ambientais (e sociais) provocadas pelo arbítrio do "homus economicus" e tendências vigentes ..." para integrar completamente a Geografia como ciência social", imputando-lhe um "caráter sócio-econômico" (excepcionalista), quando sua contribuição mais importante consiste em integrar "a natureza e seus processos à ação dos processos humanos e o seu papel na criação de novos espaços geográficos" (nível holístico) (MONTEIRO, op. cit., pp. 70, 71 e 73).

À concepção ecológica da ciência geográfica aliamos a preocupação estrutural da Geografia Agrária de CHOLLEY (1946), de nenhum modo contraditória a de SORRE, mas, que introduz, explicitamente, uma noção organizadora do espaço agrário essencialmente dinâmica. Diz o autor:

> "L'activité agricole révèle un veritable combinaison ou un complexe d'éléments empruntés à des domaines différents très étroitement liés pourtant; éléments à tel point solidaire qu'il n'est pas concevable que l'un d'entre eux se transforme radicalement sans que les autres n'en soient pas sensiblement affectés et que la combinaison tout entière ne s'en trouve pas modifiée dans sa structure, dans son dynamisme, dans ses aspects exterieurs mêmes.
>
> Cette combinaison, comme la plupart de celles qui sont l'expression d'une activité humaine, est d'ordre à la fois physique, biologique et humain. Et ..., comme toutes les combinaison physique, elle obéit à des lois strictes, mais ... , comme toutes les manifestations de vie, elle est susceptible de voir brusquement s'interrompre le cycle ou le rytme suivir jusque-là, pour bifurquer et prendre une autre direction et une autre structure" (1946, p. 82).

A seguir, após enfatizar a necessidade de considerar a natureza ou o comportamento de cada um dos elementos no conjunto do qual ele faz parte - "única condição sob a qual o fato considerado assumirá todo o seu valor geográfico",CHOLLEY,

apresenta os elementos da combinação (físicos, biológicos e humanos), dando realce às condições políticas e econômicas, a elas refere-se, não propriamentecomo elementos da combinação, mas, como "uma combinação superior que permite uma espécie de meio que tem suas regras jurídicas, econômicas e políticas, no qual o poder não corresponde apenas a bens materiais" (op.cit. pp. 82 a 86).

Ressalta ainda: a solidariedade profunda entre os elementos da combinação, mostrando como esta é regida ora por um, ora por outro desses elementos, o que lhe confere aspectos distintos, segundo os lugares e as épocas. Complementa dizendo que a combinação evolui num determinado sentido, até que um fato novo venha modificar o valor ou a estrutura de um desses elementos, transformando toda a combinação e dando-lhe uma nova orientação; o dinamismo das combinações, expresso pela marcha do povoamento e dos sistemas de exploração, pela introdução de novos produtos ou valorização de outros (sob a forma industrial ou comercial), em conseqüência de estímulos do mercado urbano ou internacional, provocando atração populacional e maior diversificação social; e, decorrente do próprio dinamismo, a instabilidade das combinações agrárias, causadas por fatôres de ordem externa (meio físico, político e econômico) e por modificações internas (progressos técnicos, complexidade crescente da estrutura social, mudança de mentalidade nos meios rurais, incertezas decorrentes dos sistemas agrários diante dos mercados, crises de mão de obra, em consequência de emigração, criando, assim, a necessidade de adaptação às novas condições (op. cit., pp. 86 a 96).

A noção de adaptação introduzida pelo autor tem um carater relativo, pois depende tanto do conhecimento da forma de atividade ou da combinação realizada, como das condições naturais e para compreendê-la há que considerar o sentido e a natureza da combinação organizada pelo homem (condições políticas e econômicas) (op. cit., pp. 96 a 100).

Essa concepção organizadora, que CHOLLEY estendeu mais tarde à Geografia como um todo (La Géographie - Guide

de l'Étudiant", 1951), está intimamente associada à noção de sistemas e no caso particular, à noção de sistemas conceituais". Segundo NAVARRA (1973).

> "Nas ciências humanas os sistemas de coisas vêm substituídos muitas vezes por sistemas de conhecimento. Além do conjunto de objetos físicos que constitui a parcela estudada pelas ciências do Real, encontram-se a vasta variedade de símbolos a exigir interpretações em fase de um mundo de fatos da atividade humana que não pode enquadrar-se dentro das características fatuais naturais, pois apresentam outro modo de causalidade". "Nos sistemas conceituais o interrelacionamento não é físico mas epistemológico, somente sendo comunicado pelo nosso enfoque". "Cabe fundamentar o sistema mais do que sobre coisas ou elementos, alicerçando-os sobre estruturas determinantes de fatos, ocorrências, ações". (op. cit., pp. 11/12).

Foi com esse sentido e segundo a concepção ecológica da ciência geográfica, que procuramos elaborar um quadro de referência teórica do tema abordado, de modo a compreender a utilização da terra e explicar a organização do espaço agrário, sua estrutura e seu dinamismo (vide organigrama anexo).

Por outro lado, o quadro apresentado, foi o elemento norteador de nosso programa de trabalho relativo à busca, organização e interpretação dos dados necessários à resolução do problema estudado. Assim, ele expressa tanto a concepção formal do tema, como a ordenação dos conhecimentos adquiridos sobre o sujeito e o objeto de nossa investigação.

Para a análise ser completa, estabelecemos uma hierarquia dos fatos (elementos, estruturas e sistemas) e sua integração naquele meio rural, de modo a abranger o tema focalizado. Recorremos igualmente ao uso de recursos que permitissem melhor relacionar condições naturais, dados humanos e fatos econômicos, nos diferentes níveis de abordagem. Ao mesmo tempo, introduzimos alementos baseados na bibliografia e documentos consultados, situações reveladas pelas estatísticas ofi

ciais, constatações de campo, correlação entre fatos observados e diretamente pesquisados, explicações contidas na literatura.(e algumas vezes próprias), comparações entre os municípios da área estudada e desta com as áreas vizinhas, preocupando-nos com a sua inserção nos níveis micro-regional, sub-regional, regional e sempre que necessário, no nacional e no internacional.

Tendo em vista nossos objetivos a concepção ecológica da ciência geográfica, iniciamos nosso estudo com a Apresentação da área pesquisada: sua localização e características geográficas, a importância de sua população e a produção agrícola local e seu significado regional. Essa apresentação, ainda que mais sucinta, incorporava-se à Introdução; entretanto, por sugestão do orientador, dela foi desmembrada, passando a constituir o primeiro capítulo do trabalho.

Nossa abordagem propriamente dita se inicia com As Bases Essenciais do Uso da Terra (Capítulo II), onde são estudados três grandes grupos de fatores que, a nosso ver, constituem os fundamentos sobre os quais repousa toda a organização agrária local; são eles: as condições geo-ecológicas, o processo de ocupação e a população tauá-vigiense.

Ao tratar das condições geo-ecológicas tentamos fazer uma análise integrada do quadro natural (condições geomorfológicas, cobertura vegetal, clima e solos) e ação antrópica. Isso se deve ao fato de Tauá-Vigia apresentar um quadro rural desequilibrado, que parece testemunhar séculos de ocupação e porque esse desequilíbrio (entre outros fatores) tem se refletido na diminuição gradativa da produção agrária. Por outro lado, o estudo das condições geo-ecológicas nos levou à uma reflexão maior sobre a problemática da ocupação e do uso da terra na Amazônia e nos trópicos úmidos.

Daí, num segundo momento, termos nos preocupado em reconstituir a história da ocupação do espaço pelo homem: os períodos dessa ocupação, os fatores que a comandaram, os modos como ela foi realizada e seus reflexos na organização atual do espaço.

A seguir, voltamos nossa atenção para a população que alí vive adormecida em sua potencialidade, lutando em um meio onde, apesar das recentes transformações econômicas, as heranças do passado limitam suas atividades. As altas densidades demográficas, reveladas pelas estatísticas oficiais, pareceram-nos ilusórias. Interessava-nos saber, desde o início, como vive, de que vive essa população e quais as suas dificuldades para uma completa realização humana. Assim, era necessário verificar sua distribuição no tempo e no espaço, sua origem e procedência, para podermos comprovar as interferências do processo de ocupação e dos fatos de uso da terra, entre outros; a composição etária, grau de instrução, população ativa e seus encargos econômico-sociais, para avaliar o potencial humano local, sua natureza e condições para o trabalho, evidenciando, ao mesmo tempo, seus problemas, os contrastes existentes no meio rural e as manifestações de mudança.

Na Organização do Espaço Agrário (Capítulo III), buscamos explicações mais profundas para as disparidades existentes naquele meio rural. Através da estrutura complexa do espaço agrário, pensamos atingir as causas principais. Com a análise da distribuição das terras, sua evolução e definição da malha fundiária, pretendemos revelar os elementos herdados do passado e as transformações, suas causas e consequências para a organização do espaço rural.

No estudo das categorias de propriedades rurais, as classes de área, ainda que constituindo o elemento básico da estrutura agrária, mostraram-se insuficientes para caracterizar aquele meio rural. Assim, a exemplo de NAVARRA (1977), à ela combinamos duas outras variáveis: regime de trabalho e modalidade de uso da terra, que possibilitaram uma caracterização mais completa da propriedade rural, onde a finalidade da produção definiu-se como principal fator de diferenciação.

A seguir analisamos os regimes de explorações, cujos aspectos evolutivos revelam a permanência de estruturas agrárias tradicionais e tendências de modificação. Aos regimes de exploração associamos os regimes de trabalho e modali-

dades de uso da terra, de modo a ressaltar o papel por eles desempenhado na organização das atividades agrárias, relações de trabalho e condições socio-econômicas do agricultor.

E, para completar a análise, procuramos evidenciar as relações dos proprietários com o meio rural, através do estudo da procedência, condições jurídicas e socio-econômicas dos proprietários rurais, no qual combinamos outras variáveis, procuramos demonstrar a importância decisiva dessas relações na organização do espaço agrário.

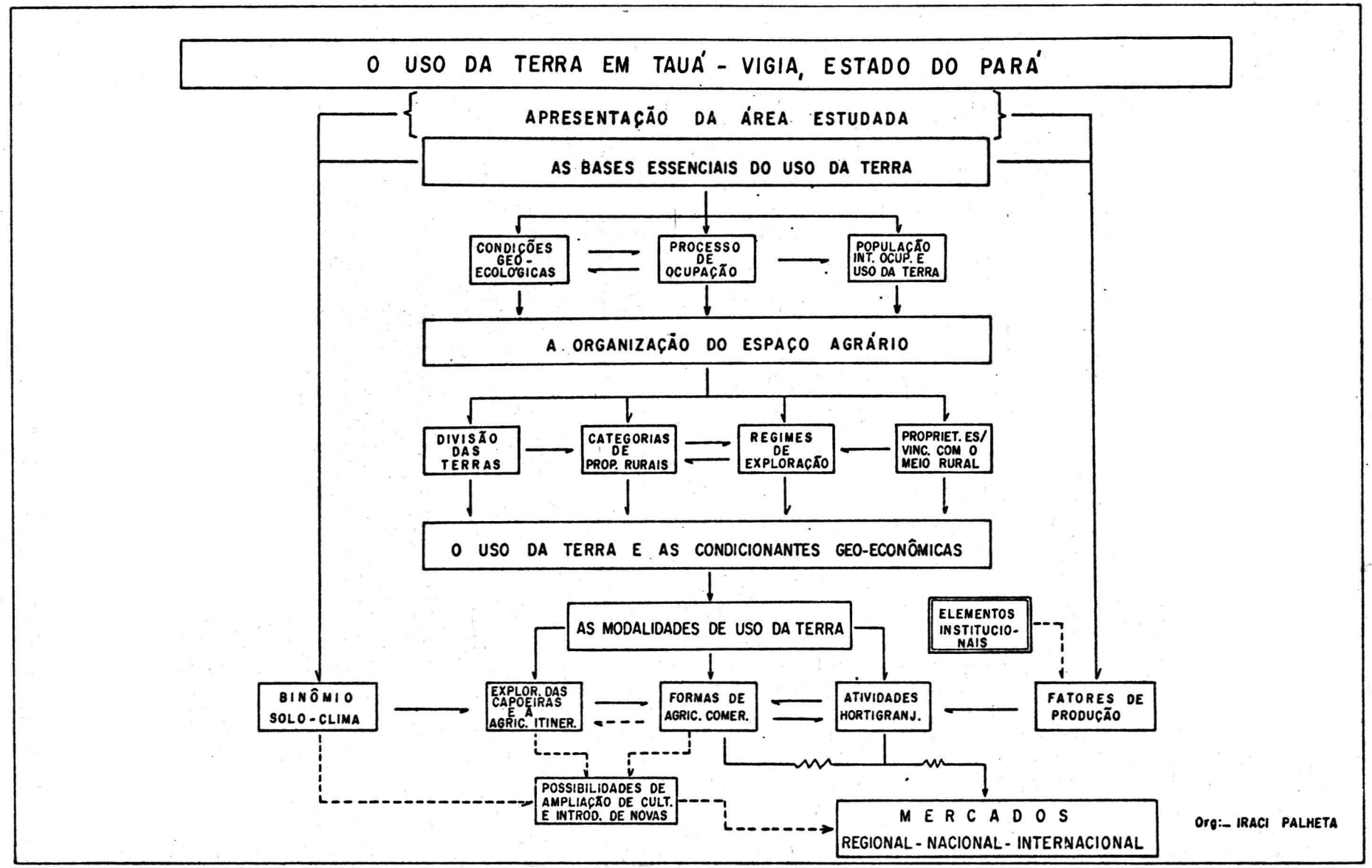
Após estudar os fundamentos básicos e a estrutura econômico-social sobre os quais repousam as atividades agrárias, passamos a analisar O Uso da Terra e as Condicionantes Geo-econômicas (Capítulo IV), como elementos dependentes que dinamizam o espaço focalizado, acomodando-se à estrutura ou modificando-a e imrpimindo nova orientação ao meio rural. O título vincula-se à visão globalizante do tema focalizado, onde as atividades agrárias são encaradas como formas de expressão da atividade econômica, em que um jogo de forças externas e internas estão a justificá-las; entre as forças externas temos: o mercado, a organização social, no seu sentido mais amplo, os transportes e o meio natural; entre as internas, aquelas próprias às atividades agrárias, como atividades econômicas: os meios, os processos e as relações de produção, diretamente vinculados aos objetivos de produção e organização social do meio rural.

Sob esses aspectos é que se desenvolve a análise, começando pelas modalidades do uso da terra, sua distribuição no espaço e suas relações com outros elementos da paisagem, estrutura fundiária, rede de circulação e mercados; tratando a seguir dos grandes grupos de atividades agrárias: a exploração das capoeiras e a agricultura itinerante, as formas de agricultura comercial e as atividades hortigranjeiras, suas características econômico-sociais básicas, relações de dependência e contribuições (em volume e valor econômico) para a produção local, regional e, em alguns casos, estadual.

Tendo em vista as condições de desequilíbrio ecológico daquele meio rural e suas implicações nas atividades agrárias, achamos necessário ressaltar o papel de uma combinação básica para o uso da terra: o binômio solo-clima, tanto por interferir no resultado e no rítmo das atividades agrárias, como por sua influência no sucesso dos empreendimentos agrícolas; devendo, assim, ser levado na devida conta na expansão da agricultura de mercado e nos cuidados de que se reveste essa expansão naquele meio rural, na Amazônia e em outras áreas tropicais.

E para completar esse estudo, procuramos destacar os fatores responsáveis pela instalação e permanência das atividades agrárias no espaço, partindo de uma situação dominante - a agricultura tradicional e inserindo as demais modalidades como elementos de comparação, na medida em que os dados analisados o exigiam. Nosso procedimento se justifica pelo fato da agricultura de mercado ser vista por alguns economistas como fator inovador, que propicia o desenvolvimento de uma sociedade dinâmica, sem considerarem contudo seus reflexos na sociedade como um todo, em particular nas comunidades rurais dos países subdesenvolvidos; e também, porque esses mesmos economistas transmitem uma imagem estereotipada dos agricultores desses países - os quais definem como ignorantes, analfabetos, tradicionais, pouco propensos às "inovações" e modernizações da agricultura, usando o passado como "modelo fixo" equivalente ao ideal, o que perpetua a natureza estática da sociedade, - sem se preocuparem em investigar as causas profundas de sua "ineficiência".

Assim, ao evidenciar as relações da fraca produtividade da agricultura de subsistência com: situação cultural, técnicas e instrumentos agrícolas, padrão de posse da terra, força de trabalho, capital e sistemas financeiros, sistemas de comercialização, circulação, transportes e mercado, pretendemos ressaltar sob que condições vive e trabalha o lavrador tauá-vigiense, a insuficiência de uma infra-estrutura econômica e social básica para o pequeno agricultor poder organi-


O USO DA TERRA EM TAUÁ - VIGIA, ESTADO DO PARÁ
APRESENTAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA
AS BASES ESSENCIAIS DO USO DA TERRA
CONDIÇÕES GEO-ECOLÓGICAS
PROCESSO DE OCUPAÇÃO
POPULAÇÃO INT. OCUP. E USO DA TERRA
A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
DIVISÃO DAS TERRAS
CATEGORIAS DE PROP. RURAIS
REGIMES DE EXPLORAÇÃO
PROPRIET. ES/ VINC. COM O MEIO RURAL
O USO DA TERRA E AS CONDICIONANTES GEO-ECONÔMICAS
AS MODALIDADES DE USO DA TERRA
ELEMENTOS INSTITUCIONAIS
BINÔMIO SOLO-CLIMA
EXPLOR. DAS CAPOEIRAS E À AGRIC. ITINER.
FORMAS DE AGRIC. COMER.
ATIVIDADES HORTIGRANJ.
FATORES DE PRODUÇÃO
POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE CULT. E INTROD. DE NOVAS
MERCADOS
REGIONAL - NACIONAL - INTERNACIONAL
Org:- IRACI PALHETA

zação da agricultura de exportação, quando existe, deve-se a uma política agrária discriminativa para o pequeno produtor.

Como considerações finais do trabalho, apresentamos reflexões sobre a organização daquele espaço rural - problemas, implicações e tendências. Procuramos, ainda, dar nossa contribuição, sugerindo medidas que visam solucionar o os problemas da agricultura tauá-vigiense, de modo a permitir -lhe pleno desenvolvimento.

3. Métodos e técnicas de pesquisa

Na investigação, cujo produto final é este trabalho, não partimos de uma hipótese "a priori" a ser comprovada, mas de fatos concretos que justificaram a escolha do sujeito e objeto da pesquisa, através dos quais pretendíamos alcançar, sem idéias pré-concebidas, o conhecimento da realidade estudada.

Nossa pesquisa apoiou-se em procedimentos empíricoindutivos que, consideradas as limitações do pesquisador, do material coletado e das dificuldades na investigação, conduziram a resultados satisfatórios dentro do tema abordado e dos objetivos propostos.

As categorias empíricas com as quais estabelecemos contato permanente - meio físico-paisagem rural, habitat-distribuição populacional, propriedade rural - uso do solo, estabelecimento comercial, rede de circulação, centros urbanos, etc., constituíram veículos para a aquisição de novos conhecimentos, com os quais pudemos elaborar conjuntos hierárquicos de elementos, fatos, situações, segundo suas inplicações temporais (gênese-processos), manifestações espaciais (distribuição-organização), características, funções e significado.

Para atingir tal sistematização, foram necessárias leituras preliminares e um contato prévio com a área e problemas a serem investigados. Esse último, realizado em novembro de 1967, em companhia do orientador, mostrou-se de grande

utilidade na percepção do meio rural. Em julho de 1968, retornamos a Tauá-Vigia para um contato maior com a terra e o homem, tentando uma primeira interpretação da paisagem rural, inquerindo alguns proprietários e outros encarregados da exploração.

Durante essas excursões, verificamos a estreita relação entre problemas do meio rural e processo de ocupação humana. Assim, ainda em Belém, decidimos iniciar o levantamento da documentação histórica (fontes primárias e secundárias) sobre tal processo, existente na Biblioteca e Arquivo Público Do Estado do Pará e na biblioteca particular do Dr. Rubens da Silveira Brito. O material levantado (transcrições e informações) nos permitiu identificar etapas significativas do processo de ocupação.

Na Biblioteca do Departamento de Geografia, dos Laboratórios de Aerofotogeografia e Geomorfologia, da Universidade de SãoPaulo, demos início ao levantamento das fontes bibliográficas sobre o tema, sobre o Mundo Tropical e Amazônia, com particular atenção as que tratam do Nordeste Paraense.

Em janeiro-fevereiro de 1969, com a colaboração da equipe de universitários que participaram do Projeto Rondon IV, sob coordenação do geógrafo e professor Ivan Sbrana, foi aplicado na área rural estudada um inquérito-teste, previamente organizado com o auxílio do orientador. Esse inquérito, contendo um número razoável de questões e alternativas prováveis, foi realizado de forma a cobrir os setores significativos do espaço rural.

Após os primeiros contatos e de posse dos dados e informações já colhidas, pudemos estabelecer a hierarquia dos fatos e situações a serem investigados e o nosso programa de trabalho.

Em janeiro-fevereiro e julho de 1971, completamos o levantamento das fontes históricas na Biblioteca e Arquivo Público do Estado. Na Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Departamento Estadual de Estatística-DEE e Companhias de Exportação, fizemos a coleta de dados de população e economia agrícola: estatísticas censitárias, 1920/1960; estimativas de população, 1960-1970; dados do Censo Econômico de 1940 e Agrícolas de 1950/1960; Produção Agrícola e Extrativa, 1959-1970, Produção e Exportação de Pimenta do Rei-

no, 1951-1968 e Informações Básicas sobre os Municípios de Santo Antônio do Tauá e Vigia,1968/1970.Em diversas repartições estaduais e federais levantamos a documentação cartográfica existente.E em casas comerciais de Belém,os preços de fertilizantes,inseticidas e outros materiais utilizados no cultivo da pimenta do reino.No campo,demos início à documentação fotográfica e à interpretação de aspectos físicos da área(relevo,solos, vegetação),com o auxílio dos geógrafos Ana Maria da Silva Medeiros e José Elias de Paula,estagiários nas Divisões de Geologia e de Botânica do Museu Paraense"Emílio Goeldi",bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq.

Na Biblioteca do Departamento de Geografia, nos laboratórios de Aerofotogeografia e Geomorfologia do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo,completamos o levantamento da documentação bibliográfica interessando à área e ao tema,realizamos a tabulação e interpretação das estatísticas coletadas,a confecção da carta base e plantas a serem utilizadas.

Daí em diante,nossa pesquisa desenvolveu-se num crescente até 1975,em atividades de coleta de dados,campo e gabinete.

Junto à agência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em Belém, fizemos o levantamento das fichas do Cadastro Rural de 1966 - 1968, relativas aos Municípios estudados. No Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte-IPEAN (atual Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias-EMBRAPA) e no Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, sediado na Granja Santa Lúcia, em Belém, a coleta dos seguintes dados climatológicos: normais termo-pluviométricas de Belém (1923-1963), Igarapé-Açu (1924-1932), Tracuateua (1926-1942) e Salinópolis (1926-1942); médias termo-pluviométricas mensais de Belém (1960-1970) e condições agro-metereológicas de 1969 (ano seco), para verificarmos o comportamento normal desses elementos, suas variações e situações extremas na Região de Belém - na qual Tauá-Vigia está inserida, - visando compreender melhor o clima local e o papel que ele assume naquele meio rural. Na Biblioteca do antigo IPEAN e Divisão de Recursos Naturais do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP, levantamos a bibliografia sobre solos do Pará, da Região Bragantina e o Zoneamento Agrícola da Amazônia. Junto ao Projeto RADAM-Ra-

dar da Amazônia, realizamos o mapeamento da compartimentação do relevo e dos fatos da ocupação humana, com base em foto-mosaicos (SA-22 XB, SA-22XD) na escala 1:250 000 e imagens de radar na escala 1:60 000. No campo, identificando os níveis topográficos mapeados, demos continuidade à documentação fotográfica.

No gabinete organizamos, cartografamos e interpretamos os dados, esboço geomorfológico e da ocupação humana, ensaiando as primeiras correlações entre meio físico, ocupação e uso da terra, então conhecidos. E, com base nas informações levantadas no teste de campo, organizamos os inquéritos destinados a proprietários ou outros responsáveis pela exploração, vendas e povoados rurais.

Para aplicar tais inquéritos, retornamos diversas vezes ao campo durante o período de julho de 1972 a julho de 1973. Nessa atividade, contamos com a colaboração das universitárias Maria das Graças Gomes de Vasconcelos Palheta e Ana Cristina dos Santos Pantoja. Ao todo, foram aplicados 150 inquéritos rurais: 120 a agricultores, 18 a vendas e 12 a residentes antigos de povoados rurais. Dos primeiros apenas 111 foram efetivamente utilizados e corresponderam a cerca de 14 % do total de propriedades existentes em 1968. Esses inquéritos foram realizados de forma a cobrirem toda a área rural, concentrando-se, todavia, às margens da rodovia Santa-Isabel-Vigia, Pa-16, eixo de maior dinamismo das atividades agrárias.

Em julho de 1973, fomos recebidos em audiência pelos Prefeitos em exercício e Coletores Municipais de Vigia e Santo Antônio do Tauá, durante a qual tivemos a oportunidade de debater problemas da agricultura e ocupação recentes das terras tauá-vigienses, colher informações e documentos importantes para o trabalho. Pudemos ainda, em Belém, entrevistar diretores e encarregados de seções de Companhias de Exportação (Mitsui do Brasil, Propira, Lima e Irmãos Ltda.) sobre sua ação na produção, comercialização e exportação da pimenta do reino; nos Setores de Climatologia Agrícola e Fitopatologia Vegetal do IPEAN, levantamos dados relativos à ação do clima sobre as culturas em geral e a pimenta do reino em particular, incidência de pragas e doenças que atacam os pimentais.

Todo esse material foi objeto de intenso trabalho de gabinete durante aproximadamente três semestres (agosto de 1973 a dezembro de 1974), em tarefas de organização, tabulação, cartografação, interpretação e análises parciais sobre: propriedade da terra, categorias de propriedades, regimes de exploração e de trabalho, categorias de proprietários e suas implicações econômico-sociais no meio rural; aspectos econômicos da atividade agrária como: modalidades de uso da terra e sistemas agrários, modelo de custo e rentabilidade econômica do empreendimento pimenteiro e do cultivo de melão, volume e valor da produção das principais culturas e produtos hortigranjeiros, sua contribuição regional, problemas de comercialização e mercado, da exploração das terras e suas relações com o binômio solo-clima, degradação e possibilidades do meio rural.

Após completar os dados e gráficos de população com as estatísticas censitárias de 1970, iniciamos a análise global dos resultados da pesquisa. Esta constituiu a fase mais delicada do trabalho, pois exigiu o encadeamento de informações, interpretações, correlações, idéias da pesquisadora e de outros, sobre uma multiplicidade de fatos e situações de tal modo complexas, que precisávamos, muitas vezes, parar, reformular a análise para não fugir ao tema e aos objetivos propostos. Nessa tarefa, sempre que possível, discutimos os assuntos abordados com professores e ex-professores do Departamento de Geografia, melhores informados.

Em julho de 1975, retornamos ainda uma vez ao campo, para completar a documentação fotográfica, colher melhores informações sobre o sistema cooperativo na produção e comercialização da pimenta do reino (aspecto que consideramos falho na redação do trabalho) e realizar o controle final do uso da terra. Em tais atividades contamos com a colaboração da pós-graduanda Ruth Tsukamoto. Nessa oportunidade constatamos tendências de modificações no uso da terra e na malha fundiária.

Incorporando as novas informações e dados do Censo Agropecuário de 1970, realizamos a segunda redação do

trabalho; para sua correção, foram de grande valia as observações de Professores do Departamento de Geografia.

Em dezembro de 1977, entregamos a última redação do trabalho ao orientador para avaliação crítica. Este, após cuidadosa leitura, chamou-nos para o debate e correções necessárias. Sua eficiente contribuição propiciou-nos chegar à conclusão do trabalho, preparando-nos para a etapa que agora se inicia e prova que o mesmo não está acabado.

4. Agradecimentos

Nas tarefas ora encerradas estiveram envolvidas pessoas e instituições às quais queremos consignar nosso reconhecimento e gratidão.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por nos ter concedido uma Bolsa de Aperfeiçoamento durante os anos de 1967 e 1968, possibilitando-nos a continuidade dos cursos de pós-graduação e o início da pesquisa.

À Universidade de São Paulo que, através da Comissão Permanente de Dedicação Integral - C.P.D.I., nos beneficiou com a gratificação "pró-labore", com a qual financiamos grande parte da pesquisa.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, por nos propiciar a compilação mecanográfica da tese.

Ao Professor Doutor Antônio Rocha Penteado, pela orientação e incentivo durante a pesquisa e elaboração do trabalho.

Ao Professor Doutor Aziz Nacib Ab'Saber, Diretor do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, por cultivar em nós o interesse pelo saber, concedendo-nos ainda o tempo e o ambiente necessários à realização do trabalho.

À Professora Doutora Nice Lecocq Müller, responsável por grande parte de nossa formação científica, pelo auxílio, incentivo e confiança profissional.

Aos chefes, ex-chefes e geógrafos dos Laboratórios de Aerofotogeografia, Geografia Humana, Econômica, Geomorfologia e Pedologia, Dra. Olga Cruz, Dr. Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Dra.Liliana Laganá Fernandes, Dr. Adilson Avansi de Abreu, Dr. Aziz Nacib Ab'Saber, Dr. José Pereira de Queiroz Neto e Paulo Nakashima por nos propiciarem o treinamento necessário durante os cursos de pós-graduação e discutirem nosso trabalho.

Aos Professores do Departamento de Geografia: Dr. Pasquale Petrone, Dra. Maria Cecília França, Dr. Mario De Biasi, Dra. Lylian Zulma Doris Coltrinari, Dra. Rosa Ester Rosini e Inês Geraigs. Lemos pelo auxílio na revisão da redação.

A geógrafa Ana Maria Marangoni pela revisão da redação inicial do primeiro capítulo do trabalho.

Ao Dr. Marco Aurélio Gouveia e Sr. Raimundo Rodrigues da Cruz, Prefeitos dos Municípios de Vigia e Santo Antônio do Tauá, então em exercício, pela amável acolhida em seus respectivos Gabinetes, discussão franca e documentos fornecidos.

Aos Senhores Iris Pedro de Oliveira, Chefe do Setor de Cadastro do INCRA, em Belém, Orion Klautau, Diretor do DEE do Estado do Pará e Clara Galvão, Chefe da Biblioteca do Museu Paraense "Emílio Goeldi", por nos terem franquiado o acesso a dados, documentação cartográfica e bibliográfica de propriedade daquelas Instituições.

Aos engenheiros agrônomos Fernando Carneiro de Albuquerque, Terezinha Xavier Bastos, Chefes respectivos dos Setores de Fitopatologia e Agro-climatologia do IPEAN, Rizio Luiz de Mendonça, Chefe Distrital do Serviço de Meteorologia, do Ministério de Agricultura, com sede na Granja Santa Lúcia, em Belém e Dr. Lúcio Salgado Vieira, Chefe da Seção de Pedologia, da Divisão de Recursos Naturais do IDESP, pelas valiosas informações, dados climatológicos e fontes bibliográficas cedidas.

Ao Dr. Rubens da Silveira Brito, Assessor de Saúde da Superintendência da Amazônia - SUDAM e do IDESP, por nos permitir a consulta à sua biblioteca particular.

Ao Sr. Hideiko Matsumoto, Chefe de Escritório da Mitsui Brasileira - Importação e Exportação, pela atenção e boa vontade em responder a nossa enquete.

Aos geógrafos Ana Maria da Silva Medeiros e José Elias de Paula, bolsistas do CNPq junto ao Museu Paraense"Emílio Goeldi", que nos acompanharam em diversas excursões ao campo, pelo auxílio na interpretação do meio rural.

Aos Amigos:

Maria Elena Ramos Simielli, Marilda Gomes Pena, Marília Barros de Aguiar, Roselis Oliveira de Napoli, Rosely Maria de Lima e Ruth Tsukamoto, por nos terem auxiliado na revisão do português, datilografia, montagem do texto, documentação cartográfica, fotográfica e bibliográfica.

Conceição Pinez Garcia, Fausto Lima, Carlos Novaes, Katsuji Tsukamoto e José Luis dos Santos, pelas tarefas de datilografia, desenho cartográfico, revelação fotográfica, impressão fotográfica e montagem do trabalho.

Vitória e Armando Teixeira Pinho, pela acolhida carinhosa em Belém.

Arlete Watanabe, Enezila de Lima, Maria Teresa Nóbrega, Suria Abucarma e Virgínia Hollander Peres, por nos terem auxiliado nos momentos de incerteza a recobrar o equilíbrio para a luta.

À Maria de Lourdes, minha mãe, pelo amor profundo, dedicação e convívio afetuoso, ao qual tantas vezes nos furtamos em benefício do trabalho.

À Iracilde, Irene, Inês e Maria das Graças, minhas irmãs, Idelcio Alexandre e Adriana, meus sobrinhos, pelo auxílio, compreensão e carinho durante a pesquisa e redação do trabalho.

A todos, os nossos agradecimentos.

Ao Professor Ernesto Horácio da Cruz, em vida Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dedicado in-

cansável às lides culturais e à História de nosso Estado, falecido a 28 de maio de 1975, pela orientação na seleção da documentação histórica utilizada no trabalho. Ao querido mestre e amigo

a nossa admiração, reconhecimento e homenagem póstuma.

Ao homem tauá-vigiense, dócil e afável, instrumento da investigação, o nosso profundo respeito e gratidão.

1. <u>Tauá-Vigia: sua individualidade e expressão regional.</u>

1.1. A localização e características geográficas

1.2. A importância de sua população

1.3. A produção agrícola local e seu significado na economia regional

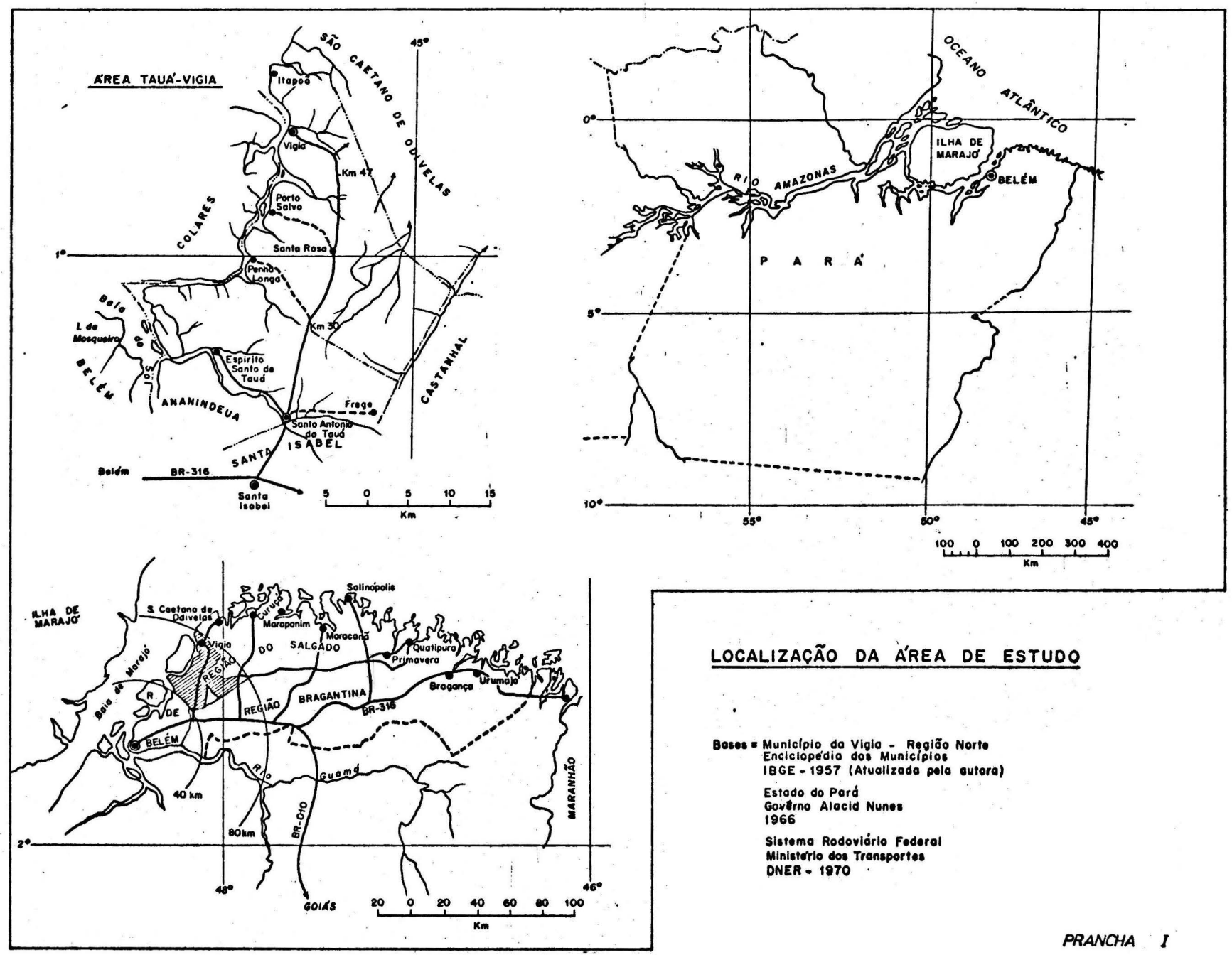
1. Tauá-Vigia: sua individualidade e expressão regional

1.1. Localização e características geográficas

A área em questão é constituída pelos municípios de Santo Antônio do Tauá e Vigia que, com a Ilha de Colares, formam os confins ocidentais das terras litôraneas e sublitorâneas do Estado do Pará, mais conhecidas como "zona do Salgado" ou "microregiões do Salgado" da Fundação IBGE (PRANCHA I). Com uma superfície de 1034 quilômetros quadrados, que correspondem à soma das áreas dos municípios considerados (Santo Antonio do Tauá 350 Km^2 e Vigia 648 Km^2), essa área representa, aproximadamente, 16,04 % e 0,08 % das terras regionais e estaduais, respectivamente.

Cortada pelo paralelo de 1º de latitude Sul, e pelo paralelo de 48º a Oeste de Greenwich, Tauá-Vigia situa-se na faixa de terras mais quentes da Amazônia e integra os limites orientais do mais singular setor da costa paraense - o "Golfão Marajoara", onde a sedimentação fluvio-marinha - atual dá origem às terras baixas e alagadiças pelas águas de maré e dos rios por ela represados. Embora no litoral Tauá-vigiense não se observe a drenagem labiríntica dos furos de Breves, alguns elementos como os furos da Laura ou Guajará-Mirim, Maracaticaia e Mapema, algumas ilhas, os baixios - (bancos de areia) e a paisagem dos manguezais, indicam a proximidade do imenso "Golfão" onde se agiganta a luta da terra contra as águas" (PENTEADO, 1968 p. 7) (foto 1).

Por outro lado, aquela área apresenta ainda outras características que a identificam com a Amazônia, em geral e a Bragantina em particular. Entre essas características destacam-se os "firmes", terras firmes ou terras altas, a salvo das inundações e integrantes do baixo platô amazônico que está bem individualizado na Região Bragantina e se repete no



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Bases = Município da Vigia - Região Norte
Enciclopédia dos Municípios
IBGE - 1957 (Atualizada pela autora)

Estado do Pará
Govêrno Alacid Nunes
1966

Sistema Rodoviário Federal
Ministério dos Transportes
DNER - 1970

PRANCHA I

Salgado. O platô Tauá-Vigiense é constituído por sedimentos terros argilo-arenosos avermelhados do grupo Barreiras (Terciário Médio/Superior) e areno-argilosos amarelados"pós-Barreiras" (Quaternário Antigo), mantidos por concreções lateríticas e capeados por delgado manto de sedimentos inconsolidados mais jovens, atuais e subatuais (SILVA e LOERWENSTEIN, 1968, p.2; SÁ, 1969 p. 34, e FRANCISCO et al., 1971, pp. 6 a 9).

Esse platô corresponde a uma pequena plataforma interfluvial de 15 a 35 metros de altitude, ligeiramente inclinada em direção ao litoral, sulcada por densa rede de drenagem que lhe confere uma morfologia de suaves ondulações, caracterizada por topos aplainados e vertentes de longos perfís convexos, cobertos por capoeiras em diversos estágios de desenvolvimento e interrompidos por fundos de vales achatados de pequena expressão (foto 2).

Em direção ao litoral, essa plataforma apresenta-se mais plana e mais baixa, entre 6 e 12 metros, terminando na linha de costa em pequenas falésias esculpidas nos sedimentos do grupo de Barreiras e pós Barreiras, como as observadas em Vigia, Porto Salvo, Penhalonga, Espírito Santo do Tauá e Itapoan (foto 3). Na base dessas falésias, por ocasião da baixa mar, nota-se uma camada de blocos lateríticos tombados do alto das mesmas pelo solapamento contínuo durante a maré enchente (foto 4).

Sobre essa superfície plana encontram-se extensos areiões, cobertos por capoeiras degradadas e interrompidas por duas manchas de paisagens vegetais diferenciadas: os campos do Caimbé e a campina do Palha; à primeira correspondem formações vegetais típicas de cerrado, que se elevam sobre um tapete de gramíneas e à segunda, campos limpos com capões de mata que, guardadas as devidas proporções, assemalham-se à "vegetação mista de mata e campo" do Sul do Brasil estudadas por WAIBEL (1958, p. 209) (fotos 5 e 6).

O platô tauá-vigiense corresponde, grosso modo, ao divisor de águas dos rios que vertem para o "Golfão Marajoara" (Tauá, Bituba, Água Boa, Caritatewa e Barreta) e dos que vão desaguar diretamente no Oceano Atlântico (Marapanim, Mojuim e

Foto 1 - Paisagem dos manguezais na costa de Vigia, junto ao Furo da Laura (foto da autora, 1971).

Foto 2 - Aspecto do relevo de Tauá-Vigia: colinas de topo aplainado e longos perfis convexos, cobertas por capoeiras interrompidas por fundos de vale de pequena expressão (foto da autora, 1972).

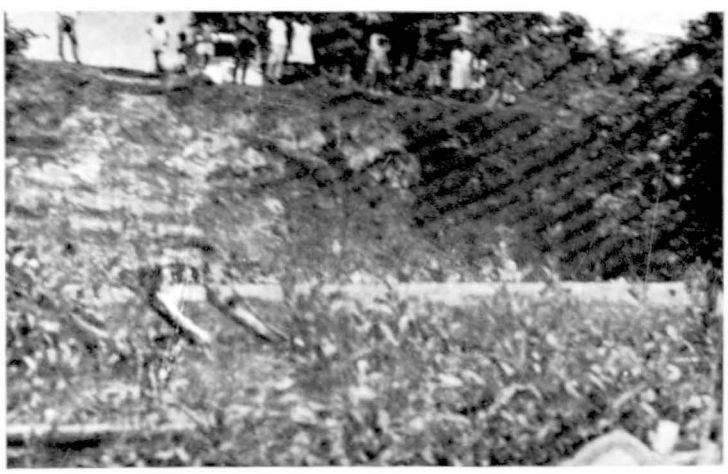


Foto 3 - Falésia esculpida nos sedimentos Barreiras e pós-Barreiras (5 a 6m de altura), no litoral de Vigia, ponta de Itapoan (foto de Olga Maria Soares, 1969).

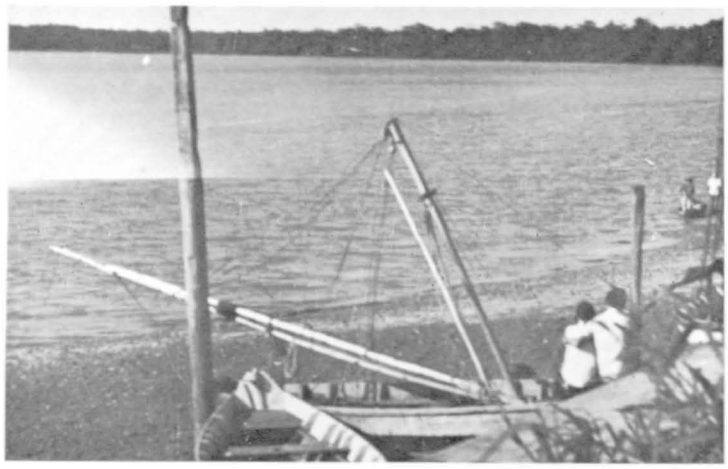


Foto 4 - Blocos lateríticos tombados na base de pequena falésia formada no Tabuleiro onde se assenta a cidade de Vigia, (foto de Olga Maria Soares, 1969).

Foto 5 - Campos do Caimbé - constituídos por um cerrado degradado, desenvolvido sobre solo arenoso, onde se nota a vegetação tortuosa e a cobertura de gramíneas (foto da autora, 1972).

Foto 6 - Campina do Palha em Vigia - constituída por uma cobertura de gramíneas, sobre solo extremamente arenoso, onde se destacam pequenos capões de mata (foto de Ruth Tsukamoto, 1975).

seus tributários: igarapés Braço Grande, Grande, Jeju-Açu, entre outros). Sôbre esse divisor instala-se o principal eixo de circulação local, a rodovia Santa Isabel-Vigia, Pa-16, que ligando-se a Pará-Maranhão, BR-316 (antiga- Belém-Bragança, Pa-22)e, através dessa rodovia, a Belém-Brasília, Br-010 (antiga BR-14), estabelece os contatos da área estudada com as regiões de Belém e Bragantina, com os Estados do Maranhão e Goiás e com o Sudeste e Sul do país (vide PRANCHA I).

A ocupação humana dessa parcela do território paraense, deve-se a duas correntes de provoamento:a do litoral que se processou basicamente nos séculos XVII e XVIII, em função das comunicações entre as cidades de Santa Maria de Belém do Grão Pará e São Luís do Maranhão, das fazendas jesuíticas e das doações de sesmarias; e a do interior, vinculada ao processo colonizador bragantino do final do século XIX e princípio do século XX. Enquanto a primeira foi decorrente da conquista e posse das terras amazônicas para a Corôa Portuguesa, movidas pelo mercantilismo econômico da época, a segunda prendeu-se essencialmente à tentativa de formar uma área de abastecimento de Belém, por meio de uma colonização que, financiada pela borracha e alimentada por sucessivas levas de imigrantes nordestinos, acabou sendo desordenada.

Essa ocupação, à custa de atividades agrícolas e estrativas desenfreadas, transformou as matas locais em capoeiras improdutivas; os solos, antes considerados de grande fertilidade, esgotaram-se rapidamente. O lucro irrisório obtido com a dilapidação dos recursos naturais básicos, era suficiente para sustentar apenas um nível de vida miserável de sua população.

A depressão que se seguiu ao declínio do sustentáculo da economia regional (a borracha), com repercussão sobre o poder aquisitivo do mercado belemense, ecoou desfavoravelmente nas áreas servidas pela Estrada de Ferro de Bragança; os núcleos coloniais despovoaram-se e os colonos nordestinos que alí ainda permaneceram ou mais tarde vieram se refugiar das secas, para subsistir, dedicaram-se à atividades cujos produtos fossem de fácil colocação nos mercados locais, como, à produção de lenha, carvão, madeira e farinha de mandioca. Dessa forma,

as matas foram se distanciando mais e mais dos eixos da estrada, das "travessas" e "paralelas" dos núcleos coloniais, cedendo lugar à uma "paisagem fantasma" no dizer expressivo de EGLER, (1961, p. 593).

As ligações com os mercados locais e Belém, estabelecidas pelos colonos, em lombo de burro, para fugir ao ônus do transporte ferroviário, definiram o percurso da futura rodovia Belém-Bragança, paralelo à ferrovia. Ao antigo caminho uniu-se o então "caminho de Vigia", utilizado pela população dos núcleos coloniais alí estabelecidos. Dessa ligação, surgiu um pequeno aglomerado rural - o povoado de Santo Antônio de Tauá, que, mais tarde, iria se transformar em sede do município do mesmo nome.

O asfaltamento daquelas rodovias (décadas de 1940 a 1960), motivou a aquisição de terras, inicialmente nas áreas próximas a Capital e posteriormente em Tauá-Vigia, por habitantes mais abastados de Belém, para a formação de chácaras de fins de semana. Nessa época, a penetração e difusão de uma atividade agrícola de base capitalista, voltada para o mercado externo - o cultivo da pimenta do reino, disputava o espaço com os sítios e roças tradicionais de subsistência e imprimia importantes transformações nessas áreas rurais. Em Tauá-Vigia como em outras áreas pimenteiras do Estado do Pará, o cultivo da pimenta do reino deve-se, essencialmente, ao imigrante japonês, responsável pela introdução de novas técnicas agrícolas, por novas modalidades de uso da terra e por novas relações de trabalho no meio rural.

Os preços alcançados pelo produto no mercado, estimularam o seu cultivo. Os belenenses que possuíam terras naquela área rural, ou dispunham de recursos para adquirí-las, dedicaram-se à nova cultura. Pequenos lavradores locais, com muita dificuldade, conseguiram formar seus pequenos pimentais; estes, porém, menos informados e praticamente sem nenhum capital, são os mais afetados pela estrutura da comercialização do produto. A maioria dos agricultores locais, continua a praticar uma agricultura tradicional, mas constituem a reserva de mão de

obra barata para os trabalhos temporários nos médios e grandes pimentais.

O cultivo da pimenta do reino também constituiu-se em importante fator de atração da população de outras áreas do Estado para o trabalho e administração dos pimentais. Por outro lado, a economia pimenteira propiciou aos agricultores locais, em particular aos japoneses, a multiplicação do capital através da diversificação do uso da terra com atividades hortifrutigranjeiras. Assim, em 1975, quando a pimenta do reino entrou em decadência, tais agricultores foram, economicamente, os menos atingidos. Além disso, o sistema cooperativista a que estão vinculados e o auxílio financeiro do governo, permitiram-lhes dedicarem-se à atividades agrícolas voltadas para o mercado nacional e internacional, destacando-se entre elas, o cultivo do melão e do dendê.

1.2. A importância de sua população

As correntes povoadoras do passado e os fatores recentes que passaram a atuar na ocupação do espaço Tauá-vigiense, são responsáveis pelo importante contingente populacional que alí se estabeleceu. Com 1084 quilômetros quadrados, que correspondem a cerca de 16,0 % (16,04 %) da região do Salgado (6447 Km^2), Tauá-Vigia abrigava 301192 habitantes, em 1970, ou 20,28 % da população regional (148.823 hab.), apresentando, portanto, uma densidade demográfica de 29,20 habitantes por quilômetro quadrado (1); densidade essa bem superior à regional, que é de 23,08 hab/km^2 (Quadro 1).

---

(1) - Cálculos efetuados com os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - PARÁ, VIII, Recenseamento Geral, 1970, Funda. IBGE, Rio de Janeiro, 1975, pp. 45 a 48.

QUADRO 1: POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO RURAL, ÁREA E DENSIDADES DEMOGRÁFICAS NA REGIÃO DO SALGADO, 1970

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL (hab)	POPULAÇÃO RURAL (hab)	ÁREA (Km^2)	DENSID. DEMOGRÁFICA (hab/Km^2)	DENSID. DEMOGRÁFICA (hab/Km^2)
COLARES	6.347	5.090	290	21,89	17,55
CURUÇÁ	22.575	14.136	934	23,94	15,13
MAGALHÃES BARATA	5.079	2.855	306	16,60	9,30
MARACANÃ	18.091	11.369	752	24,06	15,12
MARAPANIM	16.960	10.793	688	24,65	15,68
PRIMAVERA	21.571	14.517	1.142	18,89	12,71
SALINÓPOLIS	9.681	3.028	473	20,47	6,40
SANTARÉM NOVO	4.003	3.198	294	13,62	10,87
SANTO ANTÔNIO DE TAUÁ	10.916	8.044	350	31,19	22,98
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	14.324	9.456	525	27,28	18,01
VIGIA	19.276	7.688	684	28,18	11,24
REGIÃO DO SALGADO	148.823	90.174	6.447	23,08	13,98

FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO - PARÁ, -VIII RECENSEAMENTO GERAL, 1970 - FUNDAÇÃO IBGE - IBE: DEPARTAMENTO DE CENSOS, Rio de Janeiro, 1971, pp. 38 a 44 e 45 a 48.

No quadro indicado, percebe-se que os municípios que a formam, Santo Antônio do Tauá e Vigia, apresentaram as mais altas densidades populacionais da região do Salgado. em 1970: 31,19 e 28,18 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente. No Nordeste Paraense, excluindo Belém, essas densidades só eram ultrapassadas por Benevides (72,04 hab/km^2)e Ananindeua (46,60 hab/km^2) na região de Belém, Capanema (40,78 hab/km^2) e Castanhal (37,81 hab/km^2) na região Bragantina, com influência nítidamente urbanas (2). Vigia, com 19.276 habitantes, era o terceiro município em população absoluta na região do Salgado, enquanto Santo Antônio do Tauá, com uma área correspondente a quase metade do primeiro município, destacava-se por sua elevada concentração populacional.

Sua densidade demográfica rural em 1970, também era elevada, ou seja 15,21 habitantes por quilômetro quadrado, contra 13,98 da região (3). Isoladamente, entretanto, apenas o município de Santo Antônio do Tauá se evidenciava; com 22,98 habitantes por quilômetro quadrado, sua concentração populacional era impar na região do Salgado. Já o município de Vigia apresentava uma das mais fracas densidades regionais de população rural (11,24 hab/km^2) (QUADRO 1). Assim, enquanto o primeiro município se caracteriza por sua forte concentração de população rural, o segundo, por sua influência colonial e longa tradição de pesca é essencialmente urbano.

1.3. A produção agrícola local: seu significado na economia regional

Um aspecto importante da área estudada, que a faz contrastar das demais da região do Salgado, é a destacada importância de sua produção agrícola. Os Gráficos 1 e 2 ilustram

(2), (3) - Cálculos efetuados com os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - Pará, VIII Recenseamento Geral, 1970, Fund. IBGE (Departamento de Censos). Rio de Janeiro, - 1971, pp. 38, 43 e 44.

TAUÁ-VIGIA : A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SUA PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA REGIONAL

VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (EM Cr$ 1.000)

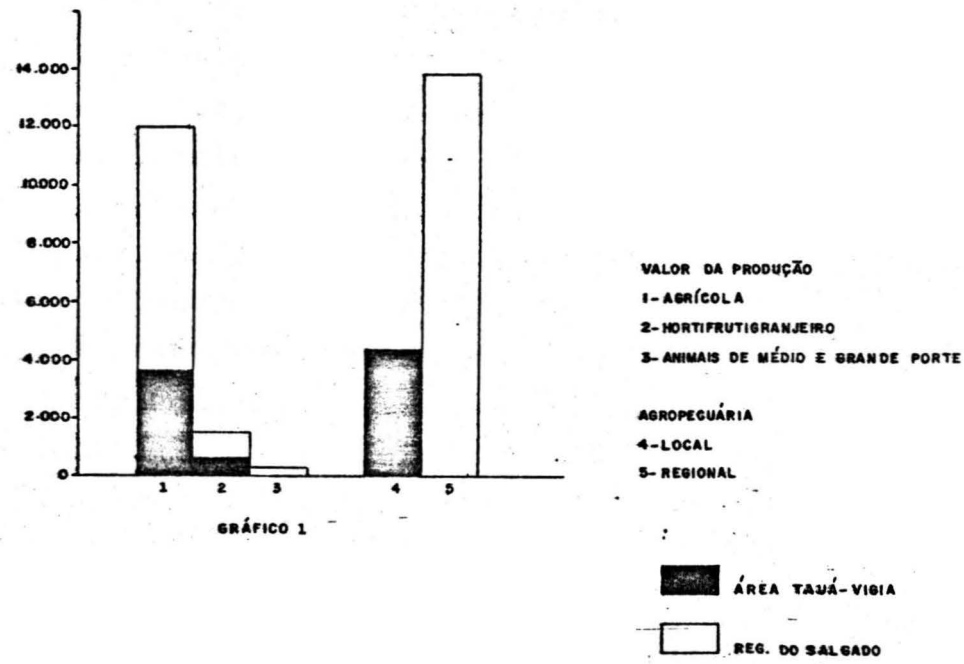


GRÁFICO 1

VALOR DA PRODUÇÃO HORTIFRUTIGRANJEIRA E AGRÍCOLA (p. produtos) (EM Cr$ 1.000)

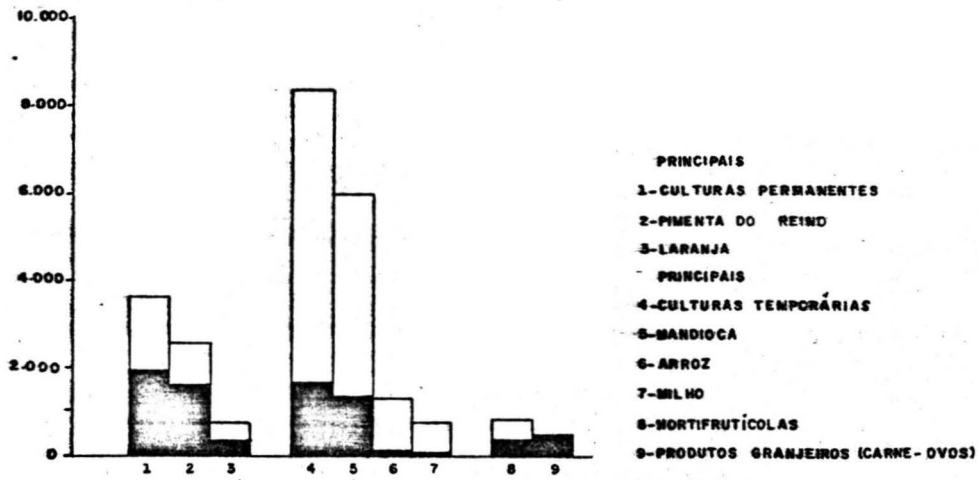


GRÁFICO 2

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO - PARÁ, VIII RECENSEAMENTO GERAL - 1970 (SÉRIE REGIONAL) F.I.B.G.E - I.B.E., RIO DE JANEIRO, 1975

DES. FAUSTO

bem esse fato. O gráfico 1 mostra que Tauá-Vigia, em 1970, contribuiu com aproximadamente um terço do valor da produção agropecuária regional, sendo a agricultura a atividade econômica de maior destaque. A produção agrícola local, é responsável por quase um quarto do valor da produção agropecuária da região do Salgado e quase um terço do valor da produção agrícola regional. Dos demais setores, de menor significado na economia local e regional, merece destaque o hortifrutigranjeiro, que participa com mais de 40 % do valor da produção hortifrutigranjeira da região do Salgado; já a criação de animais de médio e grande porte, é praticamente inexistente.

A projeção da agricultura Tauá-vigiense na economia agrária regional, deve-se, essencialmente, às culturas permanentes (Gráfico 2); estas respondem por mais de 50 % do valor das culturas permanentes produzidas na região. A pimenta do reino é, sem dúvida, o produto de mais alto valor econômico, correspondendo a mais de 60 % do valor da produção das lavouras permanentes locais e do valor da produção pimenteira do Salgado; a produção pimenteira da área estudada é responsável por mais de 40 % do valor da produção das lavouras permanentes regionais.

As culturas temporárias, ainda que possuindo um certo significado local, têm menor participação na economia regional, contribuindo com pouco mais de 20 % do valor das culturas temporárias da região do Salgado; dentre essas culturas, a mandioca é a que tem maior destaque econômico, correspondendo a cerca de 20 % do valor das culturas temporárias produzidas na região.

De menor importância no conjunto da economia regional, merecem destaque ainda a produção hortifrutícola e a produção granjeira, responsáveis por aproximadamente 50 % do valor da produção hortifrutícola da região do Salgado e pela quase totalidade do valor da produção granjeira regional.

Tauá-Vigia também se destaca na produção de outras culturas permanentes e temporárias (Quadros 2 e 3). Além da pimenta do reino e da laranja, são produzidos naquela área

QUADRO 2 - TAUÁ-VIGIA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CULTURAS PERMANENTES, 1970

	PIMENTA DO REINO		LARANJA		COCO DA BAHIA		ABACATE		C A F É		TANGERINA	
	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f.)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	518	1.590	138	3	-	-	4	-	1	1	-	-
VIGIA	8	24	6.907	211	181	49	679	46	19	29	5	0
ÁREA TAUÁ-VIGIA	526	1.614	7.045	214	181	49	683	46	20	30	5	0
REGIÃO DO SALGADO	870	2.621	12.221	380	548	126	1.189	78	25	41	249	10
% da área sobre a região	60,46	61,58	57,64	56,31	33,03	38,89	57,44	58,97	80,00	73,17	2,01	0,0

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970. (Série Regional) Vol. III, T. IV, Fundação I.B.G.E. - I.B.E. Rio de Janeiro, 1975.

(cont.)

QUADRO 2 - TAUÁ-VIGIA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CULTURAS PERMANENTES, 1970 (continuação)

	BANANA		MAMÃO		MANGA		CUPUAÇÚ		L I M A		L I M Ã O	
	QUANT. (cachos)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	150	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGIA	199	24	17	3	60	1	12	2	15	0	13	0
ÁREA TAUÁ-VIGIA	349	25	17	3	60	1	12	2	15	0	13	0
REGIÃO DO SALGADO	112.854	299	50	13	60	1	119	30	75	2	177	3
% da área sobre a região	0,31	8,36	34,00	23,07	100,0	100,0	10,08	6,66	20,00	0,0	7,34	0,0

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970.
(Série Regional) Vol. III, T. IV, Fundaçaõ I.B.G.E. - IBE.
Rio de Janeiro, 1975.

QUADRO 3 - TAUÁ-VIGIA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CULTURAS TEMPORÁRIAS - 1970

	MANDIOCA		ARROZ (com casca)		M I L H O		F E I J Ã O		FUMO (em folha)		AMENDOIM	
	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)
SANTO ANTONIO DO TAUÁ	9.636	1.081	269	56	111	29	0	0	-	-	-	-
VIGIA	7.291	287	334	92	247	95	8	9	3	3	1	0
ÁREA TAUÁ-VIGIA	16.927	1.368	603	148	358	124	8	9	3	3	1	0
REGIÃO DO SALGADO	106.565	6.028	5.637	1.296	3.320	837	231	222	74	129	14	17
% da área sobre a região	15,88	22,69	10,69	11,42	10,78	14,81	3,46	4,05	4,05	2,32	7,14	0,0

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970. (Série Regional) VOL. III, T. IV, Fundação I.B.G.E. - I.B.E. Rio de Janeiro, 1975.

(cont.)

QUADRO 3 - TAUÁ-VIGIA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CULTURAS TEMPORÁRIAS, 1970 (continuação)

	TOMATE		MELÃO		PIMENTÃO		MELANCIA		REPOLHO		ABÓBORA	
	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$ 1000)	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	227	157	169	110	82	74	49	26	55	33	-	-
VIGIA	1	1	-	-	1	0	48	19	-	-	54	24
ÁREA TAUÁ-VIGIA	228	158	169	110	83	74	97	45	55	33	54	24
REGIÃO DO SALGADO	270	185	169	110	113	104	276	140	55	33	187	94
% da área sobre a região	84,44	85,40	100,0	100,0	73,45	71,15	35,14	32,14	100,0	100,0	28,87	25,53

(cont.)

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970. (Série Regional) VOL. III. T. IV, Fundação I.B.G.E. - IBE. Rio de Janeiro, 1975.

QUADRO 3 - TAUÁ-VIGIA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CULTURAS TEMPORÁRIAS, 1970 (continuação)

	ABACAXI		PEPINO		BATATA DOCE		VAGEM (feijão verde)		CANA DE AÇÚCAR	
	QUANT. (1000f)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)	QUANT. (T)	VALOR (Cr$1000)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	9	4	4	1	-	-	2	1	-	-
VIGIA	52	15	-	-	3	1	-	-	11	0
ÁREA TAUÁ-VIGIA	61	19	4	1	3	1	2	1	11	0
REGIÃO DO SALGADO	99	30	4	1	15	4	4	3	65	4
% da área sobre a regiaõ	61,61	63,33	100,0	100,0	20,00	25,00	50,00	33,33	16,92	0,0

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970. (Série Regional) VOL. III, T. IV, Fundação I.B.G.E. - IBE. Rio de Janeiro, 1975.

rural, o café, o abacate e o côco, como culturas permanentes - principais, as quais participam com 80,0 %, 57,44 % 33,03 % das quantidades produzidas na região do Salgado, 73,17 %, 58,97 % e 38,89 % dos respectivos valores regionais.

Na reduzida produção do Salgado, aquela área rural projeta-se ainda como produtora de mamão, com 34,0 % e 23,07 % do volume e do valor da produção regional. A manga, pouco expressiva economicamente, é produzida com exclusividade na área estudada.

Dentre as culturas temporárias, destacam-se o milho e o arroz, que contribuem com 14,81% e 10,68 % do volume e 14,81 % e 11,42 % do valor da produção regional, respectivamente. Aquela área produz com exclusividade, o repôlho, o pepino e o melão, destacando-se também como maior produtora de tomate, pimentão e abacaxi, que correspondem a 84,44 %, 73,45% e 61,61 % do volume e 85,40 %, 71,15 % e 63,33 % do valor da produção de tais culturas na região do Salgado. Merecem evidência ainda, a melancia, a vagem, a abóbora e a batata doce, que contribuem com 35,14 %, 50,0 %, 28,87 % e 20,0 % dos volumes e 32,14 %, 33,33 %, 25,53 % e 25,0 % dos respectivos valores da produção regional.

Na contribuição emprestada por esses municipios à produção agrícola da área estudada e da região do Salgado, percebe-se que Santo Antônio do Tauá destaca-se, em quantidade produzida e seu respectivo valor econômico, nas produções de culturas permanentes e temporárias de caráter comercial (ou parcialmente comercial), como: pimenta, mandioca, produtos hortifrutícolas (tomate, pimentão, melão, repôlho, pepino, etc), enquanto Vigia projeta-se na produção de laranja, côco, abacate e café, grande parcela de mandioca, maior parcela de arroz e milho, toda a abóbora, feijão e fumo, entre outras culturas destinadas essencialmente ao consumo local ou a uma economia de escambo.

No que respeita à produção granjeira, Vigia é o município que contribui com maior volume e maior valor da produção local e regional (QUADRO 4). Embora o quadro indicado esteja apoiado nas estatísticas oficiais do País, acredita-se, pe

QUADRO 4 - TAUÁ- VIGIA: PRODUÇÃO GRANJEIRA - 1970

	A V E S		O V O S	
	QUANT. (Cab.)	VALOR (Cr$1.000)	QUANT.(1.000 dz)	VALOR (Cr$ 1.000)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	5.780	20	9	11
VIGIA	19.463	74	45	74
ÁREA TAUÁ-VIGIA	25.243	94	54	85
REGIÃO DO SALGADO	67.252	239	168	244
% da área sobre a região	37,53	39,33	32,14	34,83

FONTE: Censo Agropecuário - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970.
(Série Regional) Vol. III, T. IV, Fundação IBGE - I.B.E.
Rio De Janeiro, 1975.

las evidências locais, que as granjas do município de Santo Antônio do Tauá, mais numerosas, maiores e melhor organizadas, tenham maior participação econômica na produção granjeira locale regional.

Pelos fatos apresentados, pode-se afirmar, com certa segurança, que Tauá-Vigia continua a exercer sua função como integrante da "despensa-mor de Belém" (CARNEIRO, 1956, pp. 44). Contudo, pela posição geográfica que ocupa, ela participa da hinterlândia do porto de Belém, espaço geográfico polarizado e dependente de economias externas. Por outro lado, com a construção das rodovias Belém-Brasília (Br-010) e o término da Pará-Maranhão (Br-316), abriram-se possibilidades de novos mercados para a produção local de melão, mamão, pimenta, ovos, entre outras, que chegam, com relativa facilidade, às cidades de São Luís, Brasília e São Paulo.

O papel dessas ligações já havia sido previsto por PENTEADO, ao escrever: "... as futuras rodovias poderão retirar do "pays de Belém" aquelas características de isolacionismo, que tem, de um lado, e de dependência de Belém, que possui, de outro, abrindo novos horizontes à região, que poderá ser a "despensa-mor" da metrópole amazônica para, como zona de passagem, tornar-se um espaço econômico de considerável importância, pela posição geográfica que ocupará" (PENTEADO, 1968 p. 10).

Porém, é importante acrescentar que, com a rodovia Belém-Brasília, a dependência econômica do grande centro polarizador nacional (São Paulo), tornou-se mais nítida sobre o espaço regional, em particular sobre a área estudada, com algumas vantagens para ambos,- mas trazendo, por outro lado, sérios problemas para seus agricultores. Em contrapartida, com a nova rodovia Pará-Maranhão, Br-316, a hegemonia da região de Belém começa a se fazer sentir sobre a chamada "Guiana Maranhense".

As características apresentadas, mostram uma superposição de fatos físicos, humanos e econômicos que, integrados, respondem pela estruturação do meio rural estudado, merecendo, por isso, serem melhor analisados.

2. As Bases Essenciais do Uso da Terra

2.1. As condições geo-ecológicas

2.2. A ocupação humana do espaço:

2.2.1. A ocupação do litoral

2.2.2. As primeiras tentativas de colonização do Estado do Pará e ocupação das terras de Vigia

2.2.3. A ocupação do interior e o processo colonizador Bragantino

~~2.2.4. Os núcleos coloniais instalados em~~ Tauá-Vigia

2.2.5. Aspectos da ocupação atual

2.3. A população Tauá-vigiense: interferências do processo colonizador e dos fatos de uso da terra:

2.3.1. A evolução populacional e suas causas

2.3.2. A contribuição do fluxo imigratório

2.3.3. As características etárias da população

2.3.4. A população ativa: seus encargos e sobrecargas econômico-sociais e a incorporação do trabalho da mulher